



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1543393 - PR (2019/0204041-3)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : FERTIMOURAO AGRICOLA EIRELI - EM RECUPERACAO JUDICIAL

AGRAVANTE : CAMPOCERES AGRICOLA LTDA

ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO JATAHY DUQUE - ESTRADA JÚNIOR - PR040127A
CARLOS HENRIQUE DOSCIATTI - PR048329

AGRAVADO : CHEMINOVA BRASIL LTDA

ADVOGADOS : CLÁUDIO ANTÔNIO CANESIN - PR008007
JOÃO PAULO GARCIA - PR066039

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA.

1. Recuperação judicial.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FERTIMOURAO AGRICOLA EIRELI - EM RECUPERACAO JUDICIAL, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 09/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 29/11/2019.

Ação: recuperação Judicial requerida por FERTIMOURÃO AGRÍCOLA LTDA. E CAMPOCERES AGRÍCOLA LTDA.

Decisão interlocutória: deferiu em favor da agravada o exercício da posse em relação a imóvel objeto de dação em pagamento acordada pelas partes, nos termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores e

homologado judicialmente.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento. A ementa restou assim redigida:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL HOMOLOGADO E NÃO SUJEITO A RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO. HIGIDEZ E LEGALIDADE DAS ESTIPULAÇÕES. ACORDO EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. IMÓVEL OBJETO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO A CREDORA/AGRAVADA E OBJETO DE LOCAÇÃO A TERCEIRO ANTERIORMENTE PELAS RECUPERANDAS. NOTIFICAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO À LOCATÁRIA ANTE A PROXIMIDADE DO TÉRMINO DA RELAÇÃO LOCATÍCIA. DEFERIMENTO DO EXERCÍCIO DA POSSE DIRETA À CREDORA/AGRAVADA. AUSÊNCIA DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETROVENDA PELAS RECUPERANDAS NO PRAZO DE 180 DIAS DESDE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO. LEGALIDADE DA ESTIPULAÇÃO ACERCA DA DAÇÃO EM PAGAMENTO. ARTIGO 50, INCISO IX, DA LEI Nº 11.101/2005. CREDORA/AGRAVADA TITULAR DE DIREITO REAL DIREITO DE PREFERÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE SOBRESTAMENTO DAS DECISÕES ANTERIORES. AUSÊNCIA DE OBJEÇÃO AO PLANO DA RECUPERANDA. SEGURANÇA JURÍDICA DAS RELAÇÕES CONTRATUAIS ADOTADAS EM ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO AS RECUPERANDAS. RECURSO NÃO PROVIDO.

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 47 e 49, §3º, da Lei 11.101/2005, bem como dissídio jurisprudencial. Aduz que "sim, houve uma dação em pagamento. Entretanto, até que toda essa celeuma acerca da legalidade do Plano de Recuperação Judicial não transite em julgado, ou se haverá ou não aditamento do plano re recuperação, não é justo e razoável privar a recorrente da posse do imóvel descrito na Matrícula nº 445 do CRI de Mambore, Paraná, essencial ao exercício de suas atividade". Assevera que "resta clara a negativa de vigências à lei federal e a existência de dissidio jurisprudencial no tocante à manutenção na possede bem de propriedade da empresa

em recuperação judicial, em atendimento ao princípio da preservação da empresa". Pleiteia, em suma, seja determinada "a manutenção dos bens na posse da recorrente ate a conclusão do Plano de Recuperação Judicial".

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente.

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 47 e 49, §3º, da Lei 11.101/2005, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da existência de fundamento não impugnado.

O TJ/PR negou provimento ao agravo, adotando a seguinte fundamentação:

No mérito, não comporta provimento, de modo a prevalecera decisão impugnada, no sentido de deferir em favor da credora/agravada o exercício d aposse em relação ao imóvel objeto de dação em pagamento acordada pelas partes, nos termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo a quo.

Com efeito, a insurgência da recuperanda/agravante esbarra nos seguintes óbices: (i) o acordo da dação em pagamento realizado pelas agravantes com a agravante transitou em julgado; (ii) não houve o exercício da retrovenda em relação ao imóvel objeto da dação em pagamento (matrícula nº 445 CRI de Mamborê); (iii) a estipulação da dação é autorizado pelo artigo 50, da Lei nº 11.101/2005; (iv) inexistência de efeito suspensivo em relação aos recursos mencionados, mesmo porque a discussão neles adstrita está voltada ao direito de voto, e não em relação a qualquer aspecto passível de abalar a higidez da estipulação da dação em pagamento; (v) ausência da comprovação de prejuízo financeiro das recuperandas; (vi) ausência de comprovação da essencialidade do bem para a continuidade da atividade produtiva das recuperandas. Por outro lado, não se vislumbra qualquer ilegalidade do Plano de Recuperação Judicial aprovado, ainda que existam recursos pendentes, nos quais se impugnam algumas questões a ele relativos (...).

(...)

Ademais, apesar de mencionar que ingressaram com pedidode aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, não há notícia de apreciação no Juízo aquo ou a sua homologação, prevalecendo, portanto, o disposto no Plano de RecuperaçãoJudicial anteriormente aprovado.

(...)

Em suma, e por não existir qualquer motivo impeditivo ou ilegalidade ao exercício da posse direta da credora/agravada sobre o imóvel objeto dadação em pagamento realizado pelas recuperandas/agravantes, o voto é no sentido denegar provimento ao recurso. (e-STJ fls. 1035/1039)

Observa-se das razões do recurso especial que nenhum dos fundamentos elencados no excerto supratranscrito foi objeto de impugnação, razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial.

Entre os acórdãos trazidos à colação não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes de que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora